PARECER JURÍDICO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 098A/2024/ADM

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO – Nº 9/2024-029PMT

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PRÉ MOLDADOS DE CONCRETO RELACIONADOS A PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM

ASSUNTO: POSSIBILIDADE LEGAL DE ADITIVO DE REEQUILIBRIO

INTERESSADO: CPC DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TUCUMÃ-PA

I - RELATÓRIO:

A Comissão Permanente de Contratação da Prefeitura Municipal de Tucumã encaminhou à esta assessoria, pedido de parecer sobre a possibilidade de Aditivo do Contrato 20240912 decorrente do processo em epígrafe, com acréscimo de 25% dos itens licitados e contratados.

Sabe-se, em regra, que todas as contratações e aquisições realizadas pela Administração Pública devem obrigatoriamente se submeter ao procedimento licitatório em atendimento ao ordenamento jurídico vigente. Principalmente à Constituição Federal em seu artigo 37, inciso XXI e à Lei 14.133/2021.

Nesse sentido, o artigo 124 da Lei 14.133/2021 prevê a possibilidade de alteração dos contratos por ela regidos, desde que devidamente justificada:

Art. 124. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

I - unilateralmente pela Administração:

[...]

b) quando for necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei; [...]

Note-se que o dispositivo em comento, versa sobre justificativa. E, nessa senda, o gestor assim relatou:

Ao cumprimentar cordialmente Vossa Senhoria venho através do presente solicitar que a CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES – do município de Tucumã faça um TERMO ADITIVO DE QUANTIDADE ao contrato com os dados abaixo:

Nº DO PROCESSO: 9.2024-029 PMT

Nº DO CONTRATO: 20240912

NOME DA EMPRESA: METALURGICA COPERFIL LTDA

Segue os itens:

Vale ressaltar que essa prorrogação de quantidade está prevista no contrato inicial e é de interesse de ambas as partes onde deverão ser mantidas as mesmas dotações orçamentárias e demais cláusulas do contrato inicial.

Item	Descrição	Quantidade em contrato	Porcentagem acrescida	Quantidade acrescida	Quantidade final
13687 7	TUBO DE CONCRETO ARMADO PA-2 DIÂMENTRO NOMINAL DE 40 0MM E COMPRIMENTO DE 1000MM - Marca.: PRÓPRIA TUBO DE CONCRETO ARMADO PA-2 PARA REDES COLETORAS DE ÁGUAS PLUVIAIS, DE ENCAIXE MACHO E FÊMEA, COM DIÂMENTRO NOMINAL DE 400MM E COMPRIMENTO DE 1000MM; FABRICAÇÃO CONFORME EXIGENCIAS DA NBR 8890/2020.	60	25%	15	75
13687 8	TUBO DE CONCRETO ARMADO PA-2 DIÂMENTRO NOMINAL DE 60 0MM E COMPRIMENTO DE 1000MM - Marca.: PRÓPRIA TUBO DE CONCRETO ARMADO PA-2 PARA REDES COLETORAS DE ÁGUAS PLUVIAIS, DE ENCAIXE MACHO E FÊMEA, COM DIÂMENTRO NOMINAL DE 600MM E COMPRIMENTO DE 1000MM; FABRICAÇÃO CONFORME EXIGENCIA DA NBR 8890/2020.	100	25%	25	125
13687 9	TUBO DE CONCRETO ARMADO PA-2 COM DIÂMENTRO NOMINAL D UNIDADE E 800MM E COMPR DE 1000MM - Marca.: PRÓPRIA TUBO DE CONCRETO ARMADO PA-2 PARA REDES COLETORAS DE ÁGUAS PLUVIAIS, DE ENCAIXE MACHO E FÊMEA, COM DIÂMENTRO NOMINAL DE 800MM E COMPRIMENTO DE 1000MM; FABRICAÇÃO CONFORME EXIGENCIAS DA NBR 8890/2020.	80	25%	20	100
13688 0	TUBO DE CONCRETO ARMADO PA-2 COM DIÂMENTRO NOMINAL D UNIDADE E 1200MM E COMPR DE 1000MM - Marca.: PRÓPRIA TUBO DE CONCRETO ARMADO PA-2 PARA REDES COLETORAS DE ÁGUAS PLUVIAIS, DE ENCAIXE MACHO E FÊMEA, COM DIÂMENTRO NOMINAL DE 1200MM E COMPRIMENTO DE 1000MM; FABRICAÇÃO CONFORME EXIGENCIAS DA NBR 8890/2020.	64	25%	16	80
13688 1	TUBO DE CONCRETO ARMANDO PA-2 DIÂMENTRO NOMINAL DE 1 UNIDADE 000MM E COMPR DE 1000MM - Marca.: PRÓPRIA TUBO DE CONCRETO ARMADO PA-2 PARA REDES COLETORAS DE ÁGUA PLUVIAIS, DE ENCAIXE MACHO E FÊMEA, COM DIÂMENTRO NOMINAL DE 1000MM E COMPRIMENTO DE 1000MM.	100	25%	25	125
13691 2	TUBO DE CONCRETO ARMADO PA-2 DIÂMENTRO NOM DE 1200MM UNIDADE E COMPR DE 1000MM ME/EPP - Marca.: PRÓPRIA TUBO DE CONCRETO ARMADO PA-2 PARA REDES COLETORAS DE ÁGUAS PLUVIAIS, DE ENCAIXE MACHO E FÊMEA, COM DIÂMENTRO NOMINAL DE 1200MM E COMPRIMENTO DE 1000MM FABRICAÇÃO CONFORME EXIGENCIAS DA NBR 8890/2020.	16	25%	4	20

Assim, apresentamos a seguir as razões que nos levam a entender viável e justificada a prorrogação da quantidade do supracitado contrato:

a) *A continuidade na aquisição de materiais já contratados minimizaria custo, evocando-se o princípio da vantajosidade. Isto posto, a realização de novo certame especificamente para aquisição dos itens que se pretende aditar, acarretaria além de despesas, lapso temporal que poderia influenciar na suspensão das atividades em que são utilizados;*

b) *O consumo dos mesmos, se efetivou superior ao planejamento original. E, o aditivo em si, permite a continuidade*

sem tumulto dos serviços, porque não implica em alterações logísticas;

c) A legislação permite este tipo de medida;

d) A demanda se efetivou superior ao planejamento original;

Isto posto, a Administração utiliza-se de sua prerrogativa legal de modificar o contrato, aditivando-o, sem prejuízos da contratada no que tange ao estabelecido em Edital e no contrato original. Além disso, a Lei 14.133/2021 em seu artigo 125, limita a possibilidade de alteração contratual em relação ao previsto no *caput* do artigo 124. Referido artigo limita a 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratual a possibilidade de acréscimo.

Art. 125. Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 desta Lei, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

Corroborando com o presente entendimento, o jurista Celso Antônio Bandeira de Mello, em sua obra “Contratos Administrativos Acréscimos de obras e serviços Alteração. Revista Trimestral de Direito Público n.º 2, São Paulo: Malheiros, p. 152. sobre a matéria:

“É perfeitamente natural ao contrato administrativo a faculdade de o Estado introduzir alterações unilaterais. Trata-se de instrumentá-lo com os poderes indispensáveis à persecução do interesse público. Caso a administração ficasse totalmente vinculada pelo que avençou, com o correlato direito de o particular exigir a integral observância do pacto, eventuais alterações do interesse público – decorrentes de fatos supervenientes ao contrato – não teriam como ser atendidas. Em suma, a possibilidade de o Poder Público modificar unilateralmente o vínculo constituído é corolário da prioridade do interesse público em relação ao privado, bem assim de sua indisponibilidade”.

O quantitativo aditivado no presente contrato enquadra-se ao limite pautado na Lei. Portanto, analisados todos os critérios e requisitos da possibilidade de aditivação do contrato prevista na Legislação específica e Regulamento, bem como sua previsibilidade na Constituição Federal em seu artigo 37, XXI, não se vislumbra eventual ilegalidade na sua alteração, sendo que todo o procedimento adotado pela Comissão de Contratação se apresenta condizente com o que prevê a legislação.

Desse modo, verifica-se que a Administração, atendendo ao interesse público de ver a realização do serviço ser completada com eficiência e respeito ao princípio da vinculação ao edital, opta por aditivar o contrato a fim de

adquirir os produtos necessários à finalização do objeto contratual. Cumprindo, dessa forma, os princípios da isonomia, legalidade, moralidade e probidade administrativa.

Pelo exposto, verificada a formalidade, a adequação e a legalidade que o feito requer, após encerramento da instrução, o presente parecer é no sentido de se proceder o aditivo em razão da necessidade de aquisição de materiais faltantes para a realização final do serviço.

Outrossim, cumpre esclarecer que compete a essa assessoria, única e exclusivamente, prestar assessoria, sendo este parecer meramente opinativo, sob o prisma estritamente jurídico, não lhe cabendo adentrar em aspectos relativos a conveniência e oportunidade da prática dos atos administrativos, que estão reservados à esfera discricionária do administrador público competente, tampouco examinar questões de natureza eminentemente técnica, administrativa e/ou financeira, salvo hipóteses anormais.

Assim, a análise do presente parecer é restrita aos parâmetros determinados pela Lei nº 14.133/21.

III – CONCLUSÃO:

Diante do exposto, **opino** pela possibilidade de realização do aditivo do Contrato 20240912, referente aos quantitativos descritos na tabela ao norte colecionada.

É o parecer que submeto, respeitosamente, à apreciação superior.

Tucumã/PA, 26 de março de 2025.

SÁVIO ROVENO OAB/PA 9561
Assessor Jurídico